

14.6.67

# Crime no Espírito Santo

**RUBEM BRAGA**

**D**ENUNCIEI neste jornal, em fins de maio, um projeto criminoso que implica na destruição das Reservas de Proteção da Fauna e da Flora existentes no Espírito Santo; reservas, de seu gênero, únicas no mundo, com mais de 20 mil espécies botânicas, 700 espécies de aves e 154 espécies de mamíferos.

Eu disse, naquela ocasião, não acreditar que o projeto fôsse da Companhia Vale do Rio Doce, cujo presidente, o sr. Antônio Dias Leite, homem de cultura, não me parecia capaz de praticar ou apoiar semelhante atentado. Eu esperava, na verdade, um desmentido da Vale do Rio Doce; o seu silêncio, que tem mais de duas semanas, está indicando que a denúncia era verdadeira. Hoje digo mais: pelo que me escreve o naturalista Augusto Ruschi, a Vale do Rio Doce está agindo, no caso, de acordo com a Cia. de Reflorestamento Aracruz S.A., cujo presidente era até há pouco o atual presidente da Vale do Rio Doce, sr. Dias Leite.

Eu já ouvira falar dessa Companhia de Reflorestamento, que pretende mobilizar o dinheiro dos 10% do imposto de renda das pessoas físicas, e 5% das pessoas jurídicas, na meritória empresa de reflorestar as áreas do Espírito Santo, que a cupidez e a incúria do homem transformou em desertos. Nada mais inteligente, nem necessário. O que é incrível é que à margem desse empreendimento se arme o esquema sinistro de destruír as reservas da fauna e da flora — que tôdas, juntas, não fazem mais de 15 mil alqueires — de um valor econômico e científico incalculável e imprevisível, para produzir dormentes ou coisa que o valha. É a tentação do ganho imediato ameaçando um patrimônio que não é apenas do Espírito Santo, é de todo o Brasil e de toda a Humanidade. Afirma-se que para vencer possíveis resistências dos legisladores capixabas, a Vale do Rio Doce entregaria à Assembléia um Clube grã-fino que fêz construir em Vitória...

Sem maior protesto do povo de Minas Gerais, o sr. Antunes e sua associada Hanna vão destruír o pico do Itabirito, graças a uma criminoso decisão tomada, ao apagar das luzes de seu governo, pelo marechal Castelo Branco. O mesmo marechal teve uma decisão feliz amparando as reservas de flora e fauna do Espírito Santo. Este decreto, não o outro, é que se pretende derrubar. Se os mineiros não amam sua história e seus monumentos naturais, é lamentável; no caso capixaba, entretanto, não se trata de reverenciar o passado, mas de preservar, para a Humanidade, riquezas naturais, cuja destruição seria totalmente irreversível — uma parte da herança do planeta, da vida do planeta, que seria reduzida a cinzas. A desculpa é que mais tarde se plantariam eucaliptos...

Existe um Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, cujo presidente é o general Sílvio Pinto da Luz; não sei que força terá ele ou terá seu Instituto, mas é claro que ele não pode ignorar esse atentado. Se a Vale do Rio Doce, em tão grave assunto guarda silêncio, é porque o projeto existe mesmo: cumpre, assim, ao Instituto agir para que ele não seja levado adiante. Para quem apelar mais, num caso desses?

É um crime quase tão repugnante quanto o genocídio, e não vejo que ninguém se mexa para evitá-lo!